

---

# ***Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.***

***Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2024  
e relatório do auditor independente***



## ***Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras***

Aos Administradores e Acionistas  
Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras da Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

---

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



## **Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.**

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



**Fibra Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.**

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2025

*PricewaterhouseCoopers*  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5



Daniel Vinicius Fumo  
Contador CRC 1SP256197/O-9



# Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

## ÍNDICE

BALANÇO PATRIMONIAL .....	1
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO .....	2
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE .....	3
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	4
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA .....	5
1 CONTEXTO OPERACIONAL .....	6
2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	7
3 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS .....	7
4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS .....	15
5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	17
6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS .....	17
7 PARTES RELACIONADAS .....	17
8 TRIBUTOS A RECUPERAR .....	18
9 IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA (“IRPJ”) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (“CSLL”) .....	18
10 IMOBILIZADO .....	19
11 INTANGÍVEL .....	20
12 FORNECEDORES .....	20
13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	21
14 RESULTADO POR AÇÃO .....	22
15 RECEITA LÍQUIDA .....	22
16 RESULTADO POR NATUREZA .....	22
17 RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO .....	23
18 COBERTURA DE SEGUROS .....	24
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO .....	25

## BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>ATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.062	135
Aplicações financeiras	6	15.019	4.168
Contas a receber de partes relacionadas	7	13.961	
Tributos a recuperar	8	6.852	6.082
Despesas antecipadas		367	412
Outros ativos		23	22
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>39.284</b>	<b>10.819</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Tributos a recuperar	8	11.110	8.132
Imobilizado	10	23.718	270
Intangível	11	267.891	233.651
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>302.719</b>	<b>242.053</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>342.003</b>	<b>252.872</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	12	5.582	5.965
Tributos a recolher		813	709
Salários e encargos sociais		80	110
Contas a pagar com partes relacionadas	7	6.929	329
Outros passivos		1.169	11
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>14.573</b>	<b>7.124</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>14.573</b>	<b>7.124</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
	13		
Capital social		399.097	302.297
Prejuízo acumulado		(71.667)	(56.549)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>327.430</b>	<b>245.748</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>342.003</b>	<b>252.872</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>15</b>	<b>28.386</b>	12.044
Custo dos serviços prestados	16	(46.935)	(37.078)
<b>PREJUÍZO BRUTO</b>		<b>(18.549)</b>	<b>(25.034)</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Gerais e administrativas	16	(925)	(624)
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>(19.474)</b>	<b>(25.658)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>17</b>		
Despesas		(68)	(22)
Receitas		597	1.141
Variações cambiais, líquidas		(7)	
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(18.952)</b>	<b>(24.539)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Diferidos	9	3.834	
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(15.118)</b>	<b>(24.539)</b>
<b>Resultado do exercício</b>			
Básico	14	(0,04137)	(0,10690)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>(15.118)</b>	<b>(24.539)</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b>(15.118)</b>	<b>(24.539)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social		Prejuízo acumulado	Patrimônio Líquido Total
	Subscrito	A integralizar		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>198.097</b>		<b>(32.010)</b>	<b>166.087</b>
<b>Resultado abrangente total</b>				
Resultado líquido do exercício			(24.539)	(24.539)
<b>Transações de capital com os sócios</b>				
Aumento de capital (nota 13.1)	136.100	(31.900)		104.200
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>334.197</b>	<b>(31.900)</b>	<b>(56.549)</b>	<b>245.748</b>
<b>Resultado abrangente total</b>				
Resultado líquido do exercício			(15.118)	(15.118)
<b>Transações de capital com os sócios</b>				
Aumento de capital (nota 13.1)	70.000	26.800		96.800
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>404.197</b>	<b>(5.100)</b>	<b>(71.667)</b>	<b>327.430</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>(15.118)</b>	<b>(24.539)</b>
<b>Ajustes por</b>		
Depreciação e amortização (nota 16)	10.194	7.764
Rendimentos sobre aplicações financeiras (nota 17)	(597)	(1.141)
<b>Decréscimo (acrécimo) em ativos</b>		
Contas a receber de partes relacionadas	(13.961)	1.223
Tributos a recuperar	(3.748)	(7.178)
Outros ativos	44	223
<b>Acrécimo (decrécimo) em passivos</b>		
Contas a pagar com partes relacionadas	6.216	(2.760)
Tributos a recolher	104	560
Salários e encargos	(30)	(56)
Outros passivos	1.159	(268)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(15.737)</b>	<b>(26.172)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aplicações financeiras, líquidas	(10.254)	14.479
Adições no imobilizado e intangível	(67.882)	(92.589)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(78.136)</b>	<b>(78.110)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Aumento de capital	96.800	104.200
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>	<b>96.800</b>	<b>104.200</b>
<b>Acrécimo (decrécimo) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.927</b>	<b>(82)</b>
No início do exercício	135	217
No final do exercício	3.062	135
<b>Acrécimo (decrécimo) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.927</b>	<b>(82)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1 CONTEXTO OPERACIONAL

Em 8 de janeiro de 2016, foi constituída a Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A., ("Companhia"), de acordo com as leis da República Federativa do Brasil e é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede social na cidade de Santos, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia é controlada pela Suzano S.A. ("Suzano") e tem por objeto único e exclusivo a exploração do arrendamento da área, infraestrutura e instalação portuária pública localizada no Porto de Santos, para realização das atividades de movimentação e armazenamento de cargas gerais não acondicionadas em contêineres.

A Companhia confirma, apesar do prejuízo operacional apresentado no exercício, a continuidade de suas atividades operacionais, diante de sua liquidez financeira de seu caixa e aplicações financeiras, da prospecção de suas receitas futuras e, notoriamente, o respaldo de sua acionista controladora.

A Companhia participou do Leilão nº 3/2015, realizado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ("ANTAQ"), para arrendamento de áreas e infraestruturas públicas para a movimentação e armazenagem de papel, celulose e carga geral, pelo prazo de 25 anos (prorrogável por mais 25 anos). A Companhia apresentou a proposta vencedora para o Terminal de Macuco (STS07), localizado no Porto de Santos, Estado de São Paulo, no valor de R\$115.047, cuja homologação e a adjudicação do resultado foi publicada em 2 de março de 2016, no Diário Oficial da União. Em 29 de setembro de 2016, a Companhia assinou o termo de posse do terminal.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia iniciou as obras de ampliação e melhorias em seu Terminal com implantação de sistemas para melhorias nos processos, além de ações de modernização e otimização das operações, com a implantação de pórticos rolantes para o descarregamento de cargas levadas via ferrovia ao Terminal, visando aumentar a segurança e a eficiência da operação. A Companhia inaugurou as obras de ampliação e modernização em novembro de 2024.

A emissão dessa demonstração financeira foi aprovada pela Diretoria Executiva da Companhia em 31 de março de 2025.

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e que evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de Reais (“R\$”), e as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares, exceto se expresso de outra forma.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas na aplicação das práticas contábeis, que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As práticas contábeis que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais estimativas e premissas são significativas, estão divulgadas na nota 3.2.14.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas na nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, e estão considerando a continuidade de suas atividades operacionais.

## 3 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando políticas e práticas contábeis consistentes nos exercícios apresentados.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme e consistentes com aquelas utilizadas na controladora Suzano S.A.

Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculos de estimativas, exceto pelas novas políticas contábeis apresentadas na nota 3.1, adotadas a partir de 1º de janeiro de 2024.

### 3.1 Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis

As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

#### 3.1.1 Alterações ao CPC 40 (R1) – Acordos de financiamentos de fornecedores e no CPC 03 (R1) – Demonstração dos Fluxos de Caixa antecipada)

As alterações passam a requerer que a Companhia divulgue informações adicionais sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permita aos usuários avaliar os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa da Companhia e na exposição da Companhia ao risco de liquidez.

As divulgações requeridas pelas alterações, que permitiriam a compreensão dos efeitos desses acordos sobre os passivos, fluxos de caixa e liquidez incluem:

- (a) os termos e as condições dos acordos;
- (b) no início e no encerramento do período de reporte: (i) os valores contábeis, e as rubricas associadas apresentadas no balanço patrimonial da Companhia, dos passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores; (ii) os valores contábeis, e rubricas associadas, dos passivos financeiros divulgados de acordo com o item (i) para os quais os fornecedores já receberam o pagamento dos financiadores; e (iii) a faixa de datas de vencimento; e

(c) o tipo e o efeito de alterações não caixa nos valores contábeis dos passivos financeiros divulgados de acordo com o item (b)(i).

A Companhia analisou o conteúdo deste pronunciamento e concluiu que ele não se aplica à Companhia.

### **3.1.2 Alterações ao CPC 06 (R2) – Passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento (sale and leaseback)**

O item 100(a) do CPC 06 exige que um vendedor-arrendatário avalie o ativo de direito de uso resultante de uma transação de venda e retroarrendamento na proporção do saldo contábil anterior do ativo que se relaciona com o direito de uso que o vendedor-arrendatário retém. Assim, numa transação de venda e retroarrendamento, o vendedor-arrendatário reconhece apenas a quantia de qualquer ganho ou perda relacionado com os direitos transferidos para o comprador-arrendador.

As alterações refletirão na mensuração do passivo de arrendamento do vendedor-arrendatário a fim de restringir o reconhecimento de qualquer ganho referente ao direito de uso mantido, fazendo com que o vendedor-arrendatário reconheça no resultado do exercício a diferença entre os pagamentos efetuados pelo arrendamento e os pagamentos que reduzem o valor contábil do passivo de arrendamento.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

### **3.1.3 Alterações ao CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulantes e passivos não circulantes com covenants**

As alterações aprimoram as informações fornecidas pela Companhia quando o seu direito de diferir a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses está sujeito ao cumprimento de cláusulas restritivas (covenants).

A classificação de passivos como circulantes ou não circulantes baseia-se no cumprimento de covenants que sejam requeridos na data de reporte ou antes dessa data, mas nunca em relação a eventos futuros, além de requerer divulgação de informações nas notas explicativas que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar o risco de que o passivo possa se tornar exigível dentro de doze meses, incluindo as condições pactuadas (por exemplo, sua natureza e a data em que a Companhia deve cumpri-las), se a Companhia teria cumprido as condições com base em suas circunstâncias no final do período de reporte e como a Companhia espera cumprir as condições após o final do período de reporte.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

### **3.1.4 Decisão da agenda do IFRIC sobre a divulgação de receitas e despesas para segmentos reportáveis (CPC 22)**

Em julho de 2024, o IASB aprovou uma decisão da agenda do IFRIC em relação ao relatório de segmentos reportáveis. A decisão trata de como uma Companhia aplica os requisitos do parágrafo 23 do IFRS 8 para divulgar para cada segmento reportável os valores específicos relacionados ao lucro ou prejuízo do segmento.

A Companhia analisou o conteúdo deste pronunciamento e concluiu que ele não se aplica à Companhia.

## **3.2 Políticas contábeis adotadas**

### **3.2.1 Moeda funcional e de apresentação**

A Companhia definiu que a sua moeda funcional e de apresentação é o Real, bem como a base de preparação de suas demonstrações financeiras.

### **3.2.2 Caixa e equivalentes de caixa**

Compreende os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos vencimentos originais, na data da aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações

financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado.

### **3.2.3 Instrumentos Financeiros**

#### **3.2.3.1 Classificação**

Os ativos financeiros são classificados com base nas características individuais dos instrumentos e no modelo de gestão do ativo ou da carteira em que está contido, cuja categoria de mensuração e apresentação são (i) custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data a qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

#### **3.2.3.2 Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido.

Compreende o saldo das rubricas caixas e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

#### **3.2.3.3 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

São classificados nessa categoria, os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido.

Compreende o saldo das rubricas de aplicações financeiras.

#### **3.2.3.4 Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros**

##### **3.2.3.4.1 Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

Anualmente, a Companhia avalia se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (impairment), sendo que é registrada, somente, após a verificação do resultado de um ou mais eventos ocorridos posteriormente ao reconhecimento inicial e se impactar nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência de perda por redução ao valor recuperável (impairment) incluem:

- i. dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- ii. evento de default no contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii. quando a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não receberia;
- iv. torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- v. o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;

- vi. dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

O montante da perda por redução ao valor recuperável (impairment) é mensurado pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros original do ativos financeiros. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido e o valor da perda por redução ao valor recuperável (impairment) é reconhecida na demonstração de resultado do exercício.

Em mensuração subsequente, havendo uma melhora na classificação do ativo, como por exemplo, melhoria no nível de crédito do devedor, a perda por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecida anteriormente, deve ser revertida na demonstração do resultado.

### **3.2.4 Contas a receber de clientes**

São registradas pelo valor nominal faturado na data da venda, no curso normal das atividades da Companhia e, quando aplicável, deduzidas das perdas de crédito esperadas.

### **3.2.5 Imobilizado**

Mensurado pelo custo de aquisição, formação ou construção, líquido dos impostos recuperáveis. Este custo é deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável, que é o maior valor entre o de uso e o de venda, menos os custos de venda.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação.

Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são mensurados pela comparação do valor da venda e o valor contábil residual e são reconhecidos na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas na data de alienação.

### **3.2.6 Intangível**

#### **3.2.6.1 Direito de concessão**

O direito de outorga da concessão do Terminal de Macuco (STS07) corresponde ao valor de R\$ 115.047 pagos em função da apresentação da proposta vencedora no leilão realizado pela ANTAQ e será amortizado pelo prazo da concessão. A amortização desse direito de uso teve início junto com as operações do Terminal Macuco em fevereiro de 2018.

Em consideração à orientação contida nos itens 12(a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao poder concedente com base nos termos contratuais, sob o entendimento de que o contrato de concessão se trata de um contrato executório. A Administração da Companhia entende que este contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados.

#### **3.2.6.2 Contratos de arrendamento e de concessão de serviços**

A infraestrutura necessária à prestação de serviços de movimentação e armazenamento de cargas gerais não acondicionadas em contêineres são registradas no intangível e será revertida ao poder concedente após o encerramento do contrato de arrendamento. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço, além de operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo.

O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços de movimentação e armazenamento de cargas gerais não acondicionadas em contêineres.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar pela utilização da infraestrutura.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura será reconhecida de maneira linear no resultado do exercício ao longo do prazo de concessão.

### **3.2.7 Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) correntes e diferidos**

Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial.

O encargo corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados.

Impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são apresentados pelo montante líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

### **3.2.8 Fornecedores**

Corresponde às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Companhia, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável.

### **3.2.9 Capital social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

### **3.2.10 Reconhecimento da receita**

As receitas de utilização da infraestrutura portuária, movimentação e armazenagem de mercadorias somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados.

Para isso, a Companhia segue a estrutura conceitual da norma, baseada no modelo de cinco passos: (1) identificação dos contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

São mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquido dos impostos incidentes, vendas canceladas, dos abatimentos e dos descontos e reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança.

A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa. As vendas são realizadas no curto prazo, portanto, não têm caráter de financiamento e não são descontadas ao valor presente.

### **3.2.11 Participação dos funcionários no resultado**

Os funcionários têm direito a uma participação no resultado com base em determinadas metas acordadas anualmente. As provisões para participação são reconhecidas na rubrica de despesa administrativa, durante o período em que as metas são atingidas.

### **3.2.12 Receitas e despesas financeiras**

Abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, pela taxa efetiva de juros que inclui a amortização de custos de captação, ganhos e perdas nos instrumentos de financeiros derivativos, juros sobre empréstimos e financiamentos, variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos e outros ativos e passivos financeiros e variações monetárias sobre outros ativos e passivos. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

### **3.2.13 Resultado básico e diluído por ação**

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O cálculo do resultado diluído por ação é efetuado por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, somados à quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

### **3.2.14 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis relevantes**

Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, e são apresentados a seguir:

- análise anual do valor recuperável de tributos (notas 8 e 9); e
- vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (notas 10 e 11).

A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas.

## **3.3 Políticas contábeis ainda não adotadas**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não adotadas até 31 de dezembro de 2024, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se

aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto pela IFRS 18 (IFRS® Accounting Standards), conforme divulgado abaixo.

Com relação aos IFRS mencionados abaixo, não houve a promulgação do CPC correspondente.

### **3.3.1 Alterações do CPC 02 (R2): Ausência de permutabilidade (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2025)**

As alterações criarão requerimentos para que a Companhia aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é permutável por outra moeda e, quando não for, para determinar a taxa de câmbio apropriada a utilizar e as divulgações a serem realizadas.

Nesse contexto, a permutabilidade é tida como inexistente quando, para um determinado fim, a Companhia não consegue obter mais do que uma quantia insignificante de moeda estrangeira. Para tal, a Companhia avalia:

- (i) a tempestividade para se obter moeda estrangeira;
- (ii) a habilidade prática (e não intenção) de obter moeda estrangeira; e
- (iii) os mercados ou mecanismos de troca disponíveis que criam direitos e obrigações executáveis.

### **3.3.2 Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (aplicável para período anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026)**

Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu emendas direcionadas ao IFRS 9 e IFRS 7 para responder a questões recentes que surgem na prática e para incluir novos requisitos não apenas para instituições financeiras, mas também para entidades corporativas. Essas emendas:

- **esclarecem** a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de dinheiro;
- **esclarecem e adicionam** mais orientações para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de pagamentos exclusivos de principal e juros;
- **adicionam** novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ambientais, sociais e de governança); e
- **atualizam** as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

### **3.3.3 IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (aplicável para período anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027)**

A IFRS 18 substituirá a IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de Companhias semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora a IFRS 18 não impacte o reconhecimento ou a mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração nas demonstrações financeiras.

A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação do novo padrão nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Da avaliação preliminar de alto nível realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

(i) Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, a Companhia espera que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração de lucros e perdas nas novas categorias impactará como o lucro operacional é calculado e relatado. Da avaliação de impacto de alto nível realizada pela Companhia, os seguintes itens podem potencialmente impactar o lucro operacional:

- As diferenças cambiais atualmente agregadas no item de linha 'outras receitas e outros ganhos/ (perdas) – líquidos' no lucro operacional podem precisar ser desagregadas, com alguns ganhos ou perdas cambiais apresentadas abaixo do lucro operacional.
- O IFRS 18 tem requisitos específicos sobre a categoria em que os ganhos ou perdas de derivativos são reconhecidos – que é a mesma categoria que as receitas e despesas afetadas pelo risco que o derivativo é usado para gerenciar. Embora a Companhia atualmente reconheça alguns ganhos ou perdas no lucro operacional e outros em custos financeiros, pode haver uma mudança em onde esses ganhos ou perdas são reconhecidos, e a Companhia está atualmente avaliando a necessidade de mudança.

(ii) Os itens apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação do conceito de "resumo estruturado útil" e dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente na demonstração da posição financeira, a Companhia desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente na demonstração financeira.

(iii) A Companhia não espera que haja uma mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas porque o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para:

- medidas de desempenho definidas pela administração;
- uma abertura da natureza das despesas para linhas apresentados por função na categoria operacional da demonstração do resultado – essa abertura é necessária apenas para despesas de certa natureza; e
- para o primeiro período anual de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha na demonstração do resultado entre os valores reformulados apresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

(iv) Da perspectiva de demonstração de fluxo de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento, o que é uma mudança da apresentação atual como parte dos fluxos de caixa operacionais.

A Companhia aplicará o novo padrão a partir de sua data efetiva obrigatória de 1º de janeiro de 2027. A aplicação retrospectiva é necessária e, portanto, as informações comparativas para o ano financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2026 serão reformuladas de acordo com o IFRS 18.

### **3.3.4 IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (aplicável para períodos anuais como início em ou após 1º de janeiro de 2027)**

Emitido em maio de 2024, o IFRS 19 permite que certas subsidiárias elegíveis de Companhias controladoras que reportam de acordo com as normas contábeis IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos.

## 4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

### 4.1 Gerenciamento de riscos financeiros

#### 4.1.1 Visão geral

Em decorrência de suas atividades, a Companhia é exposta a diversos riscos financeiros, sendo os principais fatores considerados pela Administração são:

- i. liquidez;
- ii. crédito;
- iii. mercado; e
- iv. capital.

A administração desses riscos é realizada pela controladora Suzano de forma consolidada, e se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado.

#### 4.1.2 Administração de risco de liquidez

Conforme mencionado anteriormente, a gestão financeira da Companhia é realizada pelo acionista controlador, portanto toda a gestão de liquidez segue a política da Suzano, que tem como política manter em caixa e aplicações financeiras um valor correspondente aos desembolsos operacionais que atendam ao ciclo de conversão de caixa e desembolsos financeiros (amortização e serviços da dívida) de 12 meses.

#### 4.1.3 Administração de riscos de crédito

Está relacionado à possibilidade do não cumprimento do compromisso da contraparte em uma transação. O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de equivalentes de caixa.

##### 4.1.3.1 Risco de crédito

Relacionado à possibilidade do não cumprimento do compromisso da contraparte de uma operação.

Para cada tipo de exposição de crédito e para cada tipo de contrato é feita uma modelagem específica para a averiguação dos riscos, obtenção das exposições e sensibilização dos limites.

Para todas as esferas, a quantificação das exposições e análise dos riscos é alvo de um relatório mensal realizado pela Diretoria de Governança, Riscos e Compliance, de seu acionista. O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de equivalentes de caixa, depósitos em bancos, Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), box de renda fixa, operações compromissadas, cartas de crédito ("Letters of Credit"), seguradoras, clientes (prazo para pagamento), fornecedores (dos adiantamentos para novos projetos), entre outros.

##### 4.1.3.2 Bancos e instituições financeiras

Para bancos e instituições financeiras (aplicações e conta corrente) foram criadas métricas quantitativas de aferição da exposição de crédito. O valor esperado de exposição Expected Credit Exposure ("ECE") e de pior caso de exposição esperada Worst Credit Exposure ("WCE") de todas as exposições de contrapartes financeiras são calculados.

- (i) caso a Companhia trabalhe com emissores privados que possuam mais de uma avaliação de rating, será considerada a mediana das classificações de rating caso três classificações de risco estejam disponíveis e, a menor classificação caso duas classificações de risco estejam disponíveis, das seguintes agências de rating: Fitch, Moody's e Standard & Poor's.

- i. o rating exigido para as contrapartes em escala local Brasil é A (ou A2), ou BBB+ (ou Baa1) em escala global.

#### 4.1.4 Administração do risco de mercado

Está relacionado às oscilações de taxas de juros. Estas variações podem afetar os retornos esperados de um investimento, de uma aplicação financeira, das expectativas de receitas de vendas e dos valores do serviço. Neste sentido, foram criados mecanismos de mensuração desses riscos e uma ferramenta interna de avaliação que possibilita o cálculo dos impactos de cenários de estresse e sensibilidade e lacunas de descasamento.

#### 4.1.5 Gestão de capital

O objetivo da administração do capital é a salvaguarda da capacidade de continuidade da Companhia para oferecer os benefícios para as partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma a obter o melhor equilíbrio na combinação de capital próprio ou capital de terceiros. Essa gestão, assim como a gestão financeira da Companhia é realizada no contexto da Tesouraria do acionista controlador, portanto as decisões relacionadas à captação de recursos, liquidações e a estrutura de capital são tomadas naquele contexto.

## 4.2 Classificação

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Ativos</b>			
<b>Custo amortizado</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.062	135
Contas a receber	7	13.961	
		<u>17.023</u>	<u>135</u>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>			
Aplicações financeiras	6	15.019	4.168
		<u>15.019</u>	<u>4.168</u>
		<u>32.042</u>	<u>4.303</u>
<b>Passivos</b>			
<b>Custo amortizado</b>			
Fornecedores	12	5.582	5.965
Contas a pagar com partes relacionadas	7	6.929	329
		<u>12.511</u>	<u>6.294</u>

## 4.3 Administração do risco de créditos

A qualidade dos créditos dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes, análise das demonstrações financeiras e de restrições de mercado. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, a Companhia segue sua política interna.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras</b>		
brAAA	18.081	4.303
	<u>18.081</u>	<u>4.303</u>

## 5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Taxa média % a.a.	31/12/2024	31/12/2023
<b>Caixa e bancos</b>		142	135
<b>Equivalentes de caixa</b>			
<b>Em moeda nacional</b>			
Depósito a prazo fixo (compromissadas) <sup>(1)</sup>	92% do CDI	2.920	
		<b>3.062</b>	<b>135</b>

1) Saldo de liquidez imediata, cujos vencimentos originais, na data da aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em caixa.

## 6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras em títulos privados e em moeda nacional estão, substancialmente, representadas por operações de CDB de rendimentos atrelados à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro ("CDI"). No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$15.019, tem rendimento médio de 99,73% do CDI (Em 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$4.168, tem rendimento médio de 94,90% do CDI).

## 7 PARTES RELACIONADAS

As transações da Companhia com acionista controlador foram efetuadas a preços e condições específicas, bem como as práticas de governança corporativa adotadas e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação.

As transações referem-se basicamente a (i) prestação de serviço portuário e (ii) reembolso de despesas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve alterações relevantes nas condições dos contratos, acordos e transações celebradas, bem como não houve novas contratações, acordos ou transações de naturezas distintas celebradas entre a Companhia e suas partes relacionadas.

		<b>Saldos a receber</b>	
		<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Parte relacionada</b>	<b>Natureza</b>		
Suzano S.A.	Prestação de serviço portuário	13.961	
		<b>13.961</b>	

		<b>Saldos a pagar</b>	
		<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Parte relacionada</b>	<b>Natureza</b>		
Portocel - Terminal Espec. Barra do Riacho S.A.	Prestação de serviço portuário	(6.899)	
Suzano S.A.	Reembolso de despesas	(30)	(329)
		<b>(6.929)</b>	<b>(329)</b>

		<b>Receitas</b>	
		<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Parte relacionada</b>	<b>Natureza</b>		
Suzano S.A.	Prestação de serviço portuário	30.020	84
		<b>30.020</b>	<b>84</b>

## 8 TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2024	31/12/2023
PIS/COFINS - operações	12.924	7.898
PIS/COFINS - sobre aquisição de imobilizado	3.657	3.900
IRPJ/CSLL – antecipação e impostos retidos	1.381	2.416
	<b>17.962</b>	<b>14.214</b>
<b>Circulante</b>	<b>6.852</b>	<b>6.082</b>
<b>Não circulante</b>	<b>11.110</b>	<b>8.132</b>

### 8.1 Período estimado de realização

A realização dos créditos relativos aos impostos a recuperar ocorrerá de acordo com a projeção orçamentária anual aprovada pela Administração, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2024
Até 1º ano	6.852
Entre o 2º e 3º ano	11.110
	<b>17.962</b>

## 9 IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA (“IRPJ”) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (“CSLL”)

### 9.1 Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado líquido

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado líquido do exercício	(18.952)	(24.539)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	6.444	8.343
<b>Efeito tributário dos ajustes</b>		
Tributos diferidos de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL de períodos anteriores - Autorregularização Incentivada (1)	3.834	
Diferenças temporárias não reconhecidas (2)	(6.444)	(8.343)
	<b>3.834</b>	
<b>Imposto de renda diferido</b>	<b>2.819</b>	
<b>Contribuição social diferida</b>	<b>1.015</b>	
<b>Resultado com imposto de renda e contribuição social no exercício</b>	<b>3.834</b>	
<b>Alíquota efetiva da despesa com IRPJ e CSLL</b>	<b>20 %</b>	<b>— %</b>

1) O grupo Suzano aderiu ao programa de Autorregularização Incentivada, previsto na Lei 14.740/2023, que permitiu a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL de controladas para compensar débitos tributários existentes. Desta forma, foi feito o devido reconhecimento do tributo diferido sobre o montante do crédito utilizado neste programa.

2) Com base nas projeções de resultados futuros, a Companhia reverteu o saldo de tributos diferidos em 2021 e desde então não constitui provisão de impostos e contribuições diferidos sobre o lucro.

## 10 IMOBILIZADO

	Equipamentos de informática	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizado em andamento	Móveis e utensílios	Total
Taxa de depreciação média a.a. %	20,00	5,48		11,13	
<b>Custo acumulado</b>	939	282	1.118	99	2.438
<b>Depreciação acumulada</b>	(939)	(60)		(46)	(1.045)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>		222	1.118	53	1.393
Adições	23				23
Baixa				(3)	(3)
Depreciação	(2)	(15)		(8)	(25)
Transferências			(1.118)		(1.118)
<b>Custo acumulado</b>	962	282		96	1.340
<b>Depreciação acumulada</b>	(941)	(75)		(54)	(1.070)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	21	207		42	270
Adições <sup>(1)</sup>	549	23.198	7	4	23.758
Depreciação	(50)	(248)		(12)	(310)
Transferências			(7)	7	
<b>Custo acumulado</b>	1.511	23.480		107	25.098
<b>Depreciação acumulada</b>	(991)	(323)		(66)	(1.380)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	520	23.157		41	23.718

1) Refere-se, basicamente, à aquisição de máquinas e equipamentos durante as obras de ampliação do terminal portuário, visando a modernização e otimização das operações.

## 11 INTANGÍVEL

	Direito de exploração – Concessão Terminal de Macuco (STS07) (1)	Intangível em andamento (2)	Demais intangíveis	Total
Taxa de depreciação média a.a. %	4,26		3,26	
<b>Custo acumulado</b>	<b>181.025</b>		<b>1.072</b>	<b>182.097</b>
<b>Amortização acumulada</b>	<b>(37.203)</b>		<b>(1.036)</b>	<b>(38.239)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>143.822</b>		<b>36</b>	<b>143.858</b>
Adições		96.414		96.414
Depreciação	(7.703)		(36)	(7.739)
Transferências		1.118		1.118
<b>Custo acumulado</b>	<b>181.025</b>	<b>97.532</b>	<b>1.072</b>	<b>279.629</b>
<b>Amortização acumulada</b>	<b>(44.906)</b>		<b>(1.072)</b>	<b>(45.978)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>136.119</b>	<b>97.532</b>		<b>233.651</b>
Adições		44.124		44.124
Amortização	(9.884)			(9.884)
Transferências	122.145	(122.145)		
<b>Custo acumulado</b>	<b>303.170</b>	<b>19.511</b>	<b>1.072</b>	<b>323.753</b>
<b>Amortização acumulada</b>	<b>(54.790)</b>		<b>(1.072)</b>	<b>(55.862)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>248.380</b>	<b>19.511</b>		<b>267.891</b>

- Valor relativo ao direito de outorga da concessão, a qual está sendo amortizado pelo prazo de 25 anos, conforme prazo da concessão. A amortização desse direito de uso teve início em março de 2018, logo após o início das operações do Terminal de Macuco, que tiveram início em fevereiro de 2018.
- Conforme descrito na nota 1, durante o período findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia investiu na ampliação e melhorias no terminal de operação no Porto de Santos. A Companhia inaugurou as obras de ampliação e modernização em novembro de 2024.

Os principais investimentos no contrato de concessão compreendem:

- instalações de armazenagem, equipamentos de movimentação e transbordo de cargas, com capacidade estática de, no mínimo, 75.000 toneladas, garantindo uma movimentação de 1.800.000 toneladas de fardos de celulose por ano; e
- ramais ferroviários para acesso às instalações portuárias.

## 12 FORNECEDORES

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Em moeda nacional</b>		
Terceiros	5.582	5.965
Partes relacionadas	6.929	329
	<b>12.511</b>	<b>6.294</b>

## 13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 13.1 Capital social

Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram efetuadas integralizações de capital no montante R\$ 104.200, representado por 104.200.000 ações ordinárias sem valor nominal.

O capital social em 31 de dezembro de 2024 é representado por 399.096.588 (302.296.588 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias sem valor nominal. Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram efetuadas integralizações de capital no montante R\$96.800, representado por 96.800 ações ordinárias sem valor nominal. Dessa forma, o capital social subscrito é de R\$404.197, sendo que resta ainda R\$5.100 a integralizar.

### 13.2 Dividendos

O estudo social da Companhia estabelece que dividendo mínimo anual é de 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei no 6.404/76.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não foram distribuídos dividendos, em decorrência do prejuízo apurado no exercício.

### 13.3 Reservas de lucros

A reserva legal é constituída de acordo com a Lei 6.404/64, mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não há saldo de reserva legal, em decorrência do prejuízo apurado nos exercícios.

A reserva para retenção de lucros, constituída na base nos termos do artigo 196 da Lei nº. 6.404/76, visa assegurar o orçamento de investimentos e o reforço do capital de giro da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não há saldo de reserva para retenção de lucros, em decorrência do prejuízo apurado no exercício.

## 14 RESULTADO POR AÇÃO

### 14.1 Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado do exercício pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Numerador</b>		
Resultado atribuível aos acionistas controladores	(15.118)	(24.539)
<b>Denominador</b>		
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	365.395.085	229.559.191
<b>Resultado básico por ação (em Reais)</b>	<u>(0,04137)</u>	<u>(0,10690)</u>

### 14.2 Diluído

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, em razão dos prejuízos apurados nos exercícios, a Companhia não considerou no cálculo o efeito diluidor.

## 15 RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Receita bruta de serviços</b>	33.115	12.860
<b>Deduções</b>		
Impostos sobre os serviços	(4.729)	(816)
<b>Receita líquida</b>	<u>28.386</u>	<u>12.044</u>

## 16 RESULTADO POR NATUREZA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Custo dos serviços prestados</b>		
Serviços de terceiros <sup>(1)</sup>	(28.284)	(19.693)
Depreciação e amortização	(10.194)	(7.764)
Arrendamento de área portuária de concessão pública	(7.412)	(7.132)
Impostos	(999)	(907)
Aluguel de máquinas e equipamentos <sup>(2)</sup>	(46)	(1.582)
	<u>(46.935)</u>	<u>(37.078)</u>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		
Salários, encargos e benefícios a empregados	(925)	(624)
	<u>(925)</u>	<u>(624)</u>

1) Referem-se a serviços de operador portuário e transporte de costado.

2) Os aluguéis foram analisados pela Administração e estão fora do escopo do CPC 06 (R2).

## 17 RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Despesas financeiras</b>		
Despesas bancárias	(68)	(22)
	<u>(68)</u>	<u>(22)</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento sobre aplicações financeiras	597	1.141
	<u>597</u>	<u>1.141</u>
<b>Variações cambiais, líquidas</b>		
Fornecedores	(7)	
	<u>(7)</u>	
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<u><u>522</u></u>	<u><u>1.119</u></u>

## 18 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguro para danos materiais na mesma apólice de risco operacional de sua controladora, cujo limite máximo para indenização para Companhia é de US\$1.000.000, equivalente a R\$6.192.300 em 31 de dezembro de 2024, assim como a cobertura de seguro de responsabilidade civil de operador portuário, no montante de R\$100.000 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os estoques de celulose estão segurados pela apólice de transporte internacional com vigência até novembro de 2025.

A Administração da Companhia considera esses valores suficientes para cobrir possíveis riscos de responsabilidades e sinistros com seus ativos.

DocuSigned by:



796CAD6FBAAB45F...

---

Leonardo Barretto de Araújo Grimaldi  
Diretor Presidente

Assinado por:



0B46035128AD44C...

---

Silvia Krueger Pela  
Diretora

DocuSigned by:



7B6F306AF25144C...

---

Arvelino Cassaro  
Contador - CRC ES 007400/O-4

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### VISÃO GERAL

A Companhia tem por objeto único e exclusivo a exploração do arrendamento da área, infraestrutura e instalação portuária pública localizada no Porto de Santos, para realização das atividades de movimentação e armazenamento de cargas gerais não acondicionadas em contêineres.

### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

#### Resultados

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram expressas em milhares de Reais ("R\$"), exceto se expresso de outra forma e foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, bem como considerando a continuidade de suas atividades operacionais.

#### Receita Líquida

A receita líquida da Companhia em 2024 foi de R\$28.386 mil, 136% superior à receita líquida registrada em 2023, de R\$12.044 mil, resultado do aumento de carga movimentada no terminal em relação ao ano anterior.

#### Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados em 2024 totalizou R\$46.935 mil, 27% superior ao registrado em 2023, de R\$ 37.078 mil. Este aumento deriva, principalmente, do efeito inflacionário no custo dos serviços contratados para a movimentação de carga no terminal em relação ao ano anterior.

#### Lucro Bruto

O prejuízo bruto de R\$18.549 mil em 2024, comparado ao prejuízo bruto de R\$25.034 mil em 2023, é explicada pelo resultado operacional acima exposto.

#### Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$925 mil em 2024, 48% superior ao valor registrado em 2023 de R\$ 624 mil. Esta aumento deriva, principalmente, da remuneração variável.

#### Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido foi positivo em R\$522 mil em 2024, comparado ao resultado positivo de R\$1.119 mil em 2023. Esse resultado reflete, principalmente, o rendimento das aplicações financeiras.

#### Resultado Líquido

Como resultado do exposto, a Companhia registrou um prejuízo de R\$15.118 mil em 2024, ante R\$24.539 mil em 2023.

## **RATING**

Ao longo de 2024, a Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A. manteve o rating Grau de Investimento (brAAA) na escala global pela Standard and Poor's e pela Fitch Ratings para a maioria dos seus investimentos financeiros.

## **SUSTENTABILIDADE**

A Companhia está sujeita ao mesmo nível de sustentabilidade estabelecido pela sua controladora, a Suzano S.A.

## **GOVERNANÇA**

A Companhia está sujeita ao mesmo nível de governança estabelecido pela sua controladora, a Suzano S.A.

## **AUDITORIA E CONTROLES INTERNOS**

A Companhia está sujeita ao mesmo nível de auditoria e controles internos estabelecidos pela sua controladora, a Suzano S.A.

## **PESSOAS**

A Companhia está sujeita aos mesmos pilares de construção e vivência da Cultura estabelecidos pela sua controladora, a Suzano S.A.

## Certificate Of Completion

Envelope Id: 44289372-BFAF-4F47-B54B-CFCC6B6A58EA

Status: Completed

Subject: Complete with Docusign: 2024-12-DFP STCS Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A. (T32).p...

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Source Envelope:

Document Pages: 32

Signatures: 4

Envelope Originator:

Certificate Pages: 6

Initials: 0

Felipe Bonfim

AutoNav: Enabled

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Envelopeld Stamping: Enabled

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

São Paulo, São Paulo 04538-132

felipe.bonfim@pwc.com

IP Address: 201.56.5.228

## Record Tracking

Status: Original

31 March 2025 | 11:42

Holder: Felipe Bonfim

felipe.bonfim@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

31 March 2025 | 17:48

Holder: CEDOC Brasil

BR\_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Location: DocuSign

@pwc.com

## Signer Events

Arvelino Cassaro

arc@suzano.com.br

Gerente Executivo de Controladoria

Security Level: Email, Account Authentication (None)

## Signature

DocuSigned by:

Arvelino Cassaro  
7B6F306AF25144C...

## Timestamp

Sent: 31 March 2025 | 11:46

Viewed: 31 March 2025 | 11:59

Signed: 31 March 2025 | 11:59

Signature Adoption: Pre-selected Style

Using IP Address: 163.116.233.41

## Electronic Record and Signature Disclosure:

Accepted: 25 March 2025 | 16:28

ID: 92eddfce-5c86-43ab-b407-b32c63859626

Company Name: PwC

Leonardo Barreto de Araújo Grimaldi

lgrimaldi@suzano.com.br

Executive Vice President

Suzano S.A.

Security Level: Email, Account Authentication (None)

DocuSigned by:

Leonardo Barreto de Araújo Grimaldi  
796CAD6FBAAB45F...

Sent: 31 March 2025 | 11:59

Viewed: 31 March 2025 | 12:00

Signed: 31 March 2025 | 12:00

Signature Adoption: Pre-selected Style

Using IP Address: 163.116.233.63

## Electronic Record and Signature Disclosure:

Accepted: 27 March 2024 | 08:37

ID: 0a6b4192-4c77-4776-b687-cc943e6da140

Company Name: PwC

Silvia Kruger Pela

silvia.pela@suzano.com.br

Diretora de Logística e S&OP

Security Level: Email, Account Authentication (None)

Assinado por:

Silvia Kruger Pela  
0B46035128AD44C...

Sent: 31 March 2025 | 12:20

Viewed: 31 March 2025 | 14:09

Signed: 31 March 2025 | 14:10

Signature Adoption: Pre-selected Style

Using IP Address: 163.116.233.60

## Electronic Record and Signature Disclosure:

Accepted: 31 March 2025 | 14:09

ID: b8c47066-0392-4abb-af1a-f198f20a790f

Company Name: PwC

Signer Events	Signature	Timestamp
Daniel Vinícius Fumo Signer Role: Partner daniel.fumo@pwc.com Partner PricewaterhouseCoopers Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate <b>Signature Provider Details:</b> Signature Type: ICP Smart Card Signature Issuer: AC SERASA RFB v5 Signer Role: Partner <b>Electronic Record and Signature Disclosure:</b> Not Offered via DocuSign	 Signature Adoption: Uploaded Signature Image Using IP Address: 201.56.5.228	Sent: 31 March 2025   14:10 Viewed: 31 March 2025   17:46 Signed: 31 March 2025   17:48

In Person Signer Events	Signature	Timestamp
-------------------------	-----------	-----------

Editor Delivery Events	Status	Timestamp
------------------------	--------	-----------

Agent Delivery Events	Status	Timestamp
-----------------------	--------	-----------

Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp
------------------------------	--------	-----------

Certified Delivery Events	Status	Timestamp
---------------------------	--------	-----------

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
--------------------	--------	-----------

Alessandra Arakaki alessandra.arakaki@pwc.com PwC BR Security Level: Email, Account Authentication (None) <b>Electronic Record and Signature Disclosure:</b> Not Offered via DocuSign	<div style="border: 2px solid blue; padding: 5px; display: inline-block; color: blue; font-weight: bold; font-size: 1.2em;">COPIED</div>	Sent: 31 March 2025   11:46
Felipe Bonfim felipe.bonfim@pwc.com Gerente PwC Security Level: Email, Account Authentication (None) <b>Electronic Record and Signature Disclosure:</b> Not Offered via DocuSign	<div style="border: 2px solid blue; padding: 5px; display: inline-block; color: blue; font-weight: bold; font-size: 1.2em;">COPIED</div>	Sent: 31 March 2025   17:48 Viewed: 31 March 2025   17:48 Signed: 31 March 2025   17:48

Witness Events	Signature	Timestamp
----------------	-----------	-----------

Notary Events	Signature	Timestamp
---------------	-----------	-----------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
-------------------------	--------	------------

Envelope Sent	Hashed/Encrypted	31 March 2025   11:46
Envelope Updated	Security Checked	31 March 2025   12:20
Envelope Updated	Security Checked	31 March 2025   12:20
Certified Delivered	Security Checked	31 March 2025   17:46
Signing Complete	Security Checked	31 March 2025   17:48
Completed	Security Checked	31 March 2025   17:48

Payment Events	Status	Timestamps
----------------	--------	------------

Electronic Record and Signature Disclosure
--------------------------------------------

## **CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA**

### **Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura**

Periodicamente, a PwC poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

### **Obtenção de cópias impressas**

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

### **Revogação de seu consentimento**

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

### **Consequências da revogação de consentimento**

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

## **Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente**

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

### **Como contatar a PwC:**

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para:

### **Para informar seu novo endereço de e-mail a PwC:**

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

### **Para solicitar cópias impressas a PwC:**

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

### **Para revogar o seu consentimento perante a PwC:**

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas.

**Hardware e software necessários\*\*:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

\*\* Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

**Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:**

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a PwC conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por PwC durante o curso do meu relacionamento com você.